



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

14209 - Resumo Expandido - Trabalho - 41ª Reunião Nacional da ANPEd (2023)

ISSN: 2447-2808

GT07 - Educação de Crianças de 0 a 6 anos

**ONDE E COMO FICARAM BEBÊS E CRIANÇAS PEQUENAS DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19? UM ESTUDO COM UMA ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL FEDERAL**

Andréia Regina de Oliveira Camargo - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Roseli Goncalves Ribeiro Martins Garcia - UFSCAR/SOROCABA - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Thaise Vieira de Araujo - UFSCAR/SOROCABA - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

**ONDE E COMO FICARAM BEBÊS E CRIANÇAS PEQUENAS DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19? UM ESTUDO COM UMA ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL FEDERAL**

**Resumo:** Este trabalho apresenta análise dos dados da pesquisa “E quando bebês e crianças não podem mais ir à escola? Um estudo com famílias, bebês e crianças da Educação Infantil”, realizada no ano de 2021 em uma escola de Educação Infantil Federal, no estado de São Paulo. A pesquisa teve como objetivo investigar os impactos da suspensão das atividades presenciais da creche e pré-escola, devido a pandemia da COVID-19, na vida de crianças, desde bebês, e suas famílias. Assim, esse texto além de apresentar os dados colhidos por meio de questionário online, analisa e discute com referenciais teóricos que tratam a temática da Educação Infantil pública em tempos de pandemia. Destaca-se a importância da divulgação de conhecimentos produzidos acerca dos impactos provocados pela pandemia em famílias que contavam com a Educação Infantil como espaço de compartilhamento de educação e cuidado de bebês e crianças de pouca idade.

**Palavras-chave:** Educação Infantil; Pandemia; Educação; Cuidado; Bebês e crianças.

**Introdução:**

Mas, e quando a creche fechou? Onde e como ficaram bebês e crianças pequenas durante a pandemia? Por quem foram cuidados? Quais foram os impactos da suspensão das atividades presenciais no cotidiano das famílias?

Mobilizadas pelos questionamentos advindos dos encontros remotos de professoras/es, no contexto de uma escola de Educação Infantil Federal, no estado de São Paulo, no ano de 2020, durante a suspensão de suas atividades presenciais, este trabalho apresenta análise dos dados da pesquisa “E quando bebês e crianças não podem mais ir à escola? Um estudo com famílias, bebês e crianças da Educação Infantil” (Submetida e aprovada no CEP Plataforma Brasil ), que teve como objetivo investigar os impactos da suspensão das atividades presenciais da creche e pré-escola, devido a pandemia da COVID-19, na vida de bebês, crianças pequenas e suas famílias.

Conforme Manoel Sarmiento

Isto, não obstante todas as crianças, sejam oriundas de meios sociais privilegiados ou de condição pobre, sejam meninos ou meninas, com ou sem necessidades especiais de desenvolvimento, urbanas ou rurais, brancas ou negras, etc., se encontrem numa situação de vulnerabilidade estrutural [...]. É por isso que uma análise das consequências nas crianças de qualquer fenômeno ou acontecimento social não pode fazer economia desta distinção entre o que é comum e o que é diverso na infância. Assim é, também, com os impactos da pandemia do Covid 19. (2022, p. 9)

Bebês e crianças pequenas desta escola da infância em foco por sofrerem de vulnerabilidade estrutural, como todas as crianças e desde bebês, carecem de um olhar aprofundado para que se avance nas análises das condições das relações com o mundo que as/os cerca. As questões selecionadas para o questionário têm o objetivo de compreender esses impactos na vida de bebês e crianças pequenas e de suas famílias, impactos imbricados, tanto de bebês e crianças quanto das suas famílias – acometidos ambos os segmentos em análise pelas consequências da pandemia, reagindo e causando reações.

### **Metodologia:**

Por meio das abordagens quantitativa e qualitativa (COZBY, 2003; GATTI, 2005; LÜDKE & ANDRÉ, 2013), trataremos os dados obtidos nos dois momentos da pesquisa: aplicação de questionário piloto online e envio de questionário definitivo online às famílias da escola da infância em foco, dialogando com referenciais teóricos que discutem a temática da Educação Infantil pública em tempos de pandemia.

A pesquisa contou com a participação de 49 famílias respondentes (incluindo as duas respostas do questionário piloto), após os três envios do questionário para 137 famílias por e-mail. Uma das respostas foi desconsiderada por ser de uma família de criança matriculada no

Ensino Fundamental. As 48 respostas analisadas equivalem a 35,7% do total de crianças matriculadas na escola da infância em foco.

### **Resultados e discussão: sobre bebês e crianças das famílias participantes da pesquisa**

Com relação ao período de atendimento na Educação Infantil, a maioria das crianças e bebês estavam matriculadas em período integral. A idade indicada pelos respondentes de pouco mais da metade das/dos bebês e crianças é de até três anos de idade, e pouco menos da metade de 4 a 6 anos de idade. Ligeiramente mais meninos que meninas – e deste total nenhuma criança ou bebê apresentava deficiência.

Quanto aos impactos da suspensão das atividades presenciais no cotidiano das famílias, observa-se que mais mães do que pais, que moram com as crianças pequenas, permaneceram em trabalho remoto na época da pesquisa. Podemos inferir, entre outras variantes, que nas negociações - sejam trabalhistas ou em família - é maior a pressão para a mulher assumir as responsabilidades dos encargos domésticos concomitantes ao trabalho remoto.

Quase metade das famílias tiveram algum membro do núcleo familiar afetado economicamente pela pandemia. Um pouco mais da metade afirmou que não sofreu impactos econômicos advindos da pandemia, porém consideramos ser fundamental destacar que outros fatores, não citados diretamente pelas famílias, podem ter as afetado economicamente. Referimo-nos, nesse caso, ao contexto socioeconômico do país, com aumento de inflação conjugada a congelamentos de salários, além da possibilidade de perda de algum ente familiar acometido pela COVID-19, diretamente implicados na constituição do orçamento doméstico <sup>[1]</sup>.

Bebês e crianças em sua totalidade tiveram acesso a televisão, seguida pelo acesso ao aparelho celular, computador ou tablet. Pudemos observar nas respostas que assistir televisão – 79%, também foi apontada como a atividade realizada com mais frequência pela maioria das crianças e bebês durante este período de distanciamento social, 48% assistiam vídeos na internet e 25% se engajavam em jogos online.

Apesar de que pouquíssimas crianças e bebês convivessem em suas casas com outras crianças e bebês, com adolescentes ou com muito mais adultos, pudemos observar que a maioria dos respondentes disseram que as crianças e as/os bebês estavam tendo contato com outras crianças ou bebês, e apenas uma pequena parte, 23%, não tinham nenhum contato com outros bebês e crianças. A pesquisa revelou que apesar do atendimento presencial ter sido interrompido, quase metade das crianças e bebês interagiram com outras crianças da escola, portanto, é na escola, por excelência, que as crianças constroem suas relações entre pares. A escola da infância foco da pesquisa cumpre esta missão de encontro comunitário entre as

crianças, que se mantém mesmo em tempos de isolamento social. A pesquisa ainda aponta que 38% interagiu com outras crianças e bebês das famílias, 28%, com irmãs e irmãos, 15%, com vizinhos 2% filhos de amigos e 2% outros.

Porém houve uma quantidade considerável de bebês e crianças que não tiveram contato com outras crianças e/ou bebês durante o isolamento, e conseqüentemente interagiram apenas com pessoas adultas. Não podemos saber, a priori, a dimensão dos impactos causados às crianças pequenas e bebês que ficaram privados do convívio social por causa do contexto vivido.

A pesquisa revelou onde ficaram os bebês e crianças pequenas, permaneceram em casa em sua maioria. Porém, um segundo grupo de bebês e crianças – 13%, frequentou outra instituição de atendimento infantil, e ainda um outro grupo – 10%, retornou à escola da infância, foco da pesquisa, na qual está matriculado, no segundo semestre de 2021 no Plano de Retorno Emergencial <sup>[2]</sup>. Por fim, uma minoria – 8 %, ficou em casa de parentes e ainda outros 2% em arranjo não especificado.

Em relação às brincadeiras e brinquedos, 73% das crianças e bebês brincaram com brinquedos industrializados, em seguida 56% brincaram ao ar livre e 42% com brinquedos de outros materiais.

Algumas famílias indicaram outras ações como: leitura de livros; que as crianças acompanharam afazeres das/os adultos nas tarefas domésticas; contratação de tutora para cuidar da criança; que o bebê estava frequentando outra escola, 3 vezes por semana, para complementar a frequência na escola da infância onde está matriculado.

### **Considerações finais:**

Neste trabalho, destacamos o acesso absoluto das crianças pequenas e bebês à televisão no ambiente doméstico, entre outros equipamentos tecnológicos, seguida do celular e computador - assistindo televisão, vídeos na internet e jogos online, nos dando indícios de “como ficaram os bebês e as crianças” no período do isolamento, além de grande acesso a brinquedos industrializados e ao ar livre em menor escala.

Sobre isso, interessa-nos algumas considerações: o aumento do uso da tecnologia por bebês e crianças pequenas ao longo desse período parece estar atrelado as necessidades de compartilhamento de cuidados das famílias, muitas delas em *home office*, que viam nos aparelhos recurso possível para manter as crianças desenvolvendo alguma tarefa ou “ocupadas” ao longo do dia; além disso, não podemos desconsiderar a importância da tecnologia, que de certa forma, como instrumento de comunicação, manteve as crianças conectadas aos familiares, amigos e professores.

Enquanto as atividades presenciais estavam suspensas nesta escola da infância, foco da presente pesquisa, algumas crianças pequenas, ainda que minoria quantitativamente, frequentaram outras instituições de atendimento infantil. Neste contexto, nota-se que a emergência de reorganização das famílias expõe condições históricas do atendimento à primeira infância no país, que diz respeito, por exemplo, a incidência de instituições improvisadas ou clandestinas para cuidado das crianças (ROSEMBERG, 2002) e a falta de políticas públicas estruturadas, que possam garantir a elas os direitos de provisão e proteção para além da escola.

Concordamos com Marlene Oliveira dos Santos (2021, p. 23) quando afirma que

Os fundamentos e princípios presentes em orientações e diretrizes para a Educação Infantil e em resultados de estudos e pesquisas, nacionais e internacionais, não podem ser alterados com a chegada de pandemias e guerras, por exemplo. É preciso reafirmar esses pressupostos teóricos e dizer que, nessas situações adversas, a criança continua sendo um sujeito de direitos, a escola permanece como o lócus da educação escolar e o professor segue como o profissional responsável pelo ato pedagógico.

Com tais dados sistematizados também apontamos algumas questões a serem alargadas e aprofundadas em outros momentos, ou no desenvolvimento de outras pesquisas:

a) o uso da tecnologia pelas crianças pequenas e a possibilidade de a pandemia ter se caracterizado como um importante “marco” histórico e social com impactos na organização das famílias e no comportamento das crianças;

b) a fragilidade das políticas públicas destinadas à primeira infância;

c) o reconhecimento de que as crianças, como sujeitos relacionais, sofrem os impactos das crises sociais, políticas e econômicas, pois não estão apartadas daquilo que é também vivido pelos adultos. Nesse caso, é necessário reconhecer como os cotidianos das crianças podem ser caracterizados e profundamente marcados por processos lentos e históricos de exclusão e desigualdades sociais.

A pesquisa contribui com a expansão destes dados obtidos, por um lado no avanço de análise de diversos contextos sociais da infância seja durante a pandemia ou ainda seja para aprofundar o olhar sobre os impactos causados no isolamento social, por outro lado a pesquisa contribui no avanço de análise de outras condições adversas que exponham as crianças à falta de espaço e vivência coletiva na escola da infância quando se fecha a instituição ou quando se nega por falta de vagas às/aos bebês, crianças pequenas e suas famílias o seu direito a Educação Infantil.

## REFERÊNCIAS

COZBY, P. C. Métodos de pesquisa em ciências do comportamento. São Paulo: Editora Atlas, 2003.

GATTI, Bernadette Angelina. *Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas*. Brasília: Líber Livro editora, 2005.

LÜDKE. Menga; ANDRE, Marli. E. D. A. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. 2. Ed. Rio de Janeiro, EPU, 2013.

ROSEMBERG, Fúlvia. Organizações Multilaterais, Estado e Políticas de Educação Infantil. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 115, p. 25-63, março de 2002.

SANTOS, Marlene Oliveira dos (org.). Apresentação. In: *Educação infantil em tempos de pandemia*. Salvador: Edufba, 2021. (p. 23-28).

SARMENTO, Manuel Jacinto. Infância e Pandemia: (In)visibilidade e voz. *A criança e os seus direitos: "Impactos psicossociais da pandemia"*, Porto/ Portugal. Maio 2022 a Outubro 2022. (p. 8-11)

---

[1] Sobre isso, indicamos: <https://portal.fgv.br/artigos/pressao-inflacao-pandemia-sobre-familias-mais-pobres>; <https://www.brasildefato.com.br/2022/03/10/analise-efeitos-da-pandemia-de-covid-19-a-alta-da-inflacao-no-brasil-e-no-mundo>.

[2] Cabe destacar que esse plano foi elaborado e instituído pela Comissão Local de Retorno às Atividades Presenciais da escola de Educação Infantil Federal foco na pesquisa, que por sua vez, seguiu as diretrizes estabelecidas pela Resolução específica de 2021, que dispõe sobre o Planejamento do Retorno Gradativo, Progressivo e Seguro das Atividades Presenciais no Contexto da Pandemia da Covid-19 na mantenedora da referida escola de Educação Infantil Federal foco na pesquisa.